

Discutindo a questão do Território para a compreensão da realidade metropolitana de Maringá – Pr – Brasil.

Jaqueline Telma Vercezi
Doutoranda em Geografia - PGE-UEM – Maringá-PR, -
jaqvercezi@hotmail.com
Resultados parciais da tese em andamento.

César Miranda Mendes
Docente do Departamento de Geografia e Arquitetura e Urbanismo – UEM.
Pós-Doutorado – IPPUR/UFRJ; - cmmendes@wnet.com.br

Introdução

O espaço organizado enquanto aglomeração reflete uma ordenação espacial da divisão do trabalho, colaborando para a junção de objetivos expressos pela sociedade funcional em busca de melhores estruturas para o desenvolvimento sócio-econômico, logo, a edificação do objeto de pesquisa, fundamental para qualquer indagação científica, advém de observações e inquietações a cerca de processos e fenômenos gerados em uma determinada configuração espaço-temporal.

Com relação à metodologia, existe uma dimensão que atrela o teórico a realidade empírica, sendo o contrário verdadeiro, logo a pesquisa prossegue em momentos distintos pautando-se na utilização de embasamentos que possibilitam direcionamentos e reflexões relacionadas ao território, ao Estado, e aos produtores do espaço urbano.

No Brasil, foi no final do século XIX que se intensificou o processo de urbanização: em 1872 tínhamos 10.112.061 habitantes; desses, 5,9% constituíam a população vivendo em núcleos urbanos; e em 1900 de um total de 14.333.915 habitantes, cerca de 9,4% da população estavam nas aglomerações urbanas.¹ (VERCEZI, 2001) . De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, o Brasil totalizou 190.732.694 habitantes, deste, mais de 80% da população está vivendo em áreas urbanas.

¹ O uso da expressão aglomerações urbanas, se dá em decorrência de que os censos da época não pormenorizavam especificamente dados das cidades, vilas e municípios.

Notadamente foi o século XX que expressou as reordenações no campo e conseqüentemente os maiores fluxos migratórios gerados em decorrência da cultura do café em momentos distintos, associados a industrialização enquanto processo social amplo e abrangente de relações, de produção e consumo, intensificando e acelerando o processo de urbanização brasileira.

O fenômeno da urbanização foi estruturado por dois grandes fatores que modificaram o comportamento sócio-econômico da humanidade no século XX: a Revolução Tecnocientífica e sua resultante, a explosão demográfica.

Os processos de (re) organização e intensificação do espaço urbano estão intrinsecamente relacionados à situação econômica do meio em questão, refletindo a estrutura do capital/estado atuantes em maior ou menor grau na sociedade que é caracterizada pelas relações sociais de diferentes grupos de indivíduos, onde o homem sofre transformações e transforma o seu espaço circunstancialmente em busca de uma aquisição material, caracterizada pelo produto de seu trabalho e a articulação e apropriação diferencial resultante da sua prática.

A estruturação desta realidade interurbana vem acontecendo principalmente em decorrência da incorporação de áreas agrícolas dentre as quais do uso rural do que outrora foi pequena cidade, reestruturando o território como resultado do processo de produção capitalista, que mantém fluxos sociais interativos com outros municípios e é para esse âmbito que esse objeto de estudo volta a sua atenção, logo, optou-se por refletir sobre os agentes e processos que contribuíram para a estruturação do recorte territorial atual da Região Metropolitana de Maringá.

Análise

Pensar sobre a questão espacial é compreender a realidade que cada um apresenta dentro de um território a ser considerado como objeto de investigação.

Uma das alusões possíveis de se fazer ao utilizar a expressão território é a de que o mesmo consiste em um espaço de atuação que concretiza interações entre o meio e o indivíduo resultando em uma estrutura espacial baseada em relações de produção, de comunicação, de percepções, de sentimentos, etc.

O perfil de estruturação e desenvolvimento de um território envolve as dimensões geoeconômicas, ecológicas, culturais, políticas e de ordenação espacial, pois um espaço historicamente construído reflete as inter-relações dos agentes sociais, econômicos e institucionais, possibilitando as concentrações populacionais apresentarem identidades próprias aos espaços em que estão inseridas e também estabelecerem interações de toda ordem.

Ao investigar diferentes autores que dialogam sobre a questão do território, foi possível chegar a uma reflexão teórica sobre diferentes enfoques que o mesmo possibilita, embora neste raciocínio, daremos ênfase a questão definidora dos processos e institucionalizações do território enquanto expressão legal e moral do Estado.

Originalmente a discussão do território foi incorporada a Geografia no final do século XIX por Friedrich Ratzel (1897). Suas proposições foram inspiradas na ecologia, no romantismo alemão e no imperialismo do final do mesmo século, resultando em um tipo específico de territorialidade, e de uma geografia política, a do Estado-Nação. Esse conceito ainda tem sido utilizado para conferir uma dimensão política de mobilidade e de competição à lógica espacial como um espaço demarcado, controlado e governado, devendo garantir o poder a um determinado *grupo*.

Seguindo este mesmo desenrolar de raciocínio, a concepção que Moraes (2002) em sua obra *Território e história no Brasil* faz com relação a dois conceitos que estão atrelados um ao outro, e que nos permite a compreensão da jurisdição em uma porção do espaço: *Estado e Território*. Esta qualificação delinea um espaço organizado política, jurídica, econômica e culturalmente demarcado, sob o exercício de poder, estando integralmente ou parcialmente sob seu total controle. Estes conceitos nos remetem a compreensão de uma formação territorial-estatal e que nos possibilita a compreensão de um Estado Moderno que se fez

paulatinamente ao longo do tempo. Assim o território irá refletir relações sociais e políticas representadas em um determinado espaço, indo além de uma simples circunscrição ou identificação de coisas ou lugares, resultando na personificação de valores, normatizações e identidades, logo o

(...) conceito do território acompanha as modificações reais do sistema político mundial, o que possibilita que hoje possa ser analisado sob diferentes ângulos. Neste sentido, a função política para o desenvolvimento de um Estado pode ser reinterpretada como significação específica por diferentes populações ou grupos culturais. O Estado, antigamente um corpo coerente, torna-se, hoje um palco espacial da ação, um espaço em constante modificação. (SILVA, 2009, p.104)

Em decorrência de se considerar que o Estado e seus agentes concebem o espaço como elemento imprescindível para suas ações, faz com que sintamos a necessidade de concluir que o Estado toma como base administrativa um território e direciona suas ações voltadas para a sociedade e sua real identidade.

Claude Raffestin (1993) evidencia em sua obra o território nacional como espaço físico onde se localiza uma Nação, destacando o caráter político-administrativo do mesmo. Para ele, a construção do território revela relações marcadas pelo poder, poder este relacional, pois está associado a todas as relações sociais. Assim, o território deve ser compreendido em suas inúmeras variáveis e com diversas funções. Mesmo enaltecendo as transformações provenientes do poder, o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades.

Esta multiplicidade de territórios decorre das impressões que a sociedade impõe aos diferentes espaços enquanto lócus de produção, produto e consumo da materialidade que sustenta a construção de concepções de comando, gestão e poder. Logo,

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nesta gama complexa das múltiplas dimensões territoriais, e da extensão e relações que ela abarca, adentramos na questão das dinâmicas territoriais de competição instaurados nas regiões metropolitanas brasileiras e a sua tendência a perda da identidade no/do território, os seus habitantes são levados a conviver com uma territorialidade em constantes transformações ou possibilidades. A constatação da superposição dos papéis nas regiões metropolitanas, ou das dificuldades de se viver em uma dinâmica urbana exige uma ecleticidade de olhares, suficientemente apurados para permitir a compreensão e circulação de e por diferentes pontos da cidade ou da região.

Acreditamos que na atualidade há uma eflorescência de estudos e identificação dos territórios devido a sua vinculação aos fenômenos relacionados à identidade ou a falta dela. Neste sentido, Rodrigo Ramos H. F. Valverde, expõe:

Novamente ligados à obra de Ratzel, muitas vezes esperamos associar ao território uma representação ontológica que confira um sentido subjetivo que seja capaz de contê-lo e explicá-lo. Mas, nas metrópoles brasileiras, encontramos exemplos e evidências da relação do atual fenômeno do territorialismo com a competição pelo espaço. Aliás, a partir de um olhar histórico, é justamente nos momentos de crescimento excessivo da percepção da competição e de maior fraqueza da capacidade política de negociação, que o discurso sobre o território ganha maior dimensão. (VALVERDE,2004 p.123)

E é nesses momentos que se faz imprescindível a periodização dos fatos e fenômenos, já que não podemos dissociar o espaço do tempo. Sendo nessa transescalaridade da sucessão temporal que se torna possível apreender os diferentes momentos que permitirão a assimilação, definição e até mesmo uso dos diferentes territórios.

Importante salientar que, na ciência geográfica, o território possibilita inúmeras concepções que resultam de diferentes momentos históricos impressos através do uso e da forma. Essa discussão abordada respalda um dos muitos fragmentos gerados pela urbanização, possibilitando abordar a questão da metropolização e suas tendências.

Ao referenciar a questão espacial, verifica-se que alterações econômicas e sociais promovem a organização política do território que se adapta às inovações através da readequação político-administrativa em regiões-núcleo, propiciando o processo de metropolização.

Estas se tornam a sede dos processos de desenvolvimento arrolados aos intensos fluxos de produção e crescimento urbano-regional.

Importa considerar, ainda, que a metropolização não implica necessariamente, continuidade física; em outras palavras, trata-se, sim, de uma territorialidade que admite descontinuidades, mas que é unificada por um processo de bases econômicas, sociais e urbanas. Um processo que acarreta, seguramente, problemas de ordem institucional e governamental. (DAVIDOVICH, 2003, p.155)

O grande adensamento populacional em algumas áreas urbanas de um país nos remete ao fenômeno de metropolização presente atualmente na realidade de inúmeras nações, independente de serem desenvolvidas ou subdesenvolvidas, capitalistas ou socialistas, “velhas” ou “novas”, neste sentido, é este fenômeno que irá acentuar as funções econômicas elevadas no que tange a decisão, de direcionamentos e porque não dizer de gestão dos sistemas econômicos e de sua concentração em alguns centros urbanos maiores (FIRKOWSKI, 2006). O que irá diferenciar e caracterizar o fenômeno, particularizando os casos, são as variações da dimensão do processo e os efeitos que o mesmo pode acarretar, influenciando os estudiosos da área a conceber diferentes teorias com relação ao processo de metropolização, região metropolitana e metrópole.

Independente da concepção do objeto em questão, as transformações urbanas ocorrem e concorrem para que determinados espaços sejam palco de grandes concentrações não só de indivíduos, enquanto seres sociais, mas também de instrumentos, métodos e técnicas procedentes de políticas sócio-territoriais desenvolvidas em função da melhor ordenação das concentrações humanas.

Assim, verificamos que as funções e os processos refletidos na paisagem concorrem para que os componentes da estrutura hierárquica de uma nação

sejam estruturados em níveis de urbanização de acordo com o seu real alcance de concentrar mercados.

Este fenômeno que representa a integração de espaços urbanizados tomando como referência o ponto central para expansão e influência político-administrativas além de suas fronteiras é objeto de estudos de inúmeros cientistas da teoria urbana.

As regiões metropolitanas contemplam um agregado de municípios limítrofes, com uma estrutura produtiva e ocupacional apresentando acentuada predominância dos setores: secundário e terciário e um sistema de integração que se traduz pelo intenso fluxo demográfico entre as unidades que as compõem, suplementando o mercado de trabalho e usufruindo da infraestrutura de serviços, imprimindo no ambiente, transformações gradativas, ora positivas ora negativas.

Os requisitos estipulados para classificação dos agrupamentos de municípios em uma rede urbana evidenciam a dinamicidade a que esse espaço está sujeito. Novos municípios podem ser agregados a uma unidade que contemple relação entre vários municípios. Mediante a tal realidade e para fazer uma reflexão que dê algum direcionamento a essa questão escalar dentro do processo de regionalização e de diferentes propostas, resgatamos aqui alguns apontamentos sobre o IBGE, REGIC 2007 (2008)².

Este estudo apresenta o levantamento das ligações entre as cidades, o que possibilitou delinear suas áreas de influência e esclarecer a articulação das redes no território. Para exemplificar sucintamente temos: um centro sub-regional que em uma sucessão espaço-temporal pode transformar-se em uma capital regional, ou esta em uma metrópole, isto tudo dependendo do tamanho demográfico; das funções urbanas; da organização de seu espaço intra-urbano; do recorte temporal considerado e das relações que a mesma estabelece hierarquicamente no espaço em que está inserida.

² REGIC – Região de Influência das Cidades, que é a atualização do quadro de referência da rede urbana brasileira. Esse é a quarta versão que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desenvolve.

Outros grupos de municípios podem vir a constituir-se numa outra configuração urbana e regiões de influência vão se configurando no território e podem ser redesenhadas segundo novas estruturas regionais e/ou municipais.

Na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas, caracterizadas por ligações horizontais, sendo as noções de interação, especialização, complementaridade e sobreposições necessárias para compreender a hierarquia urbana (IBGE, REGIC, 2008 p.15)

Este estudo desenvolvido pelo IBGE nos permite a compreensão de que o processo de classificação e hierarquia dos centros urbanos considera desde o espaço local com atuação restrita a sua área imediata até centros urbanos que possuem extensa área de influência direta.

Referenciarmos aqui o papel de um centro urbano não apenas como ponto de prestação de serviços e comercialização de mercadorias a uma clientela externa, mas a um espaço onde são desempenhados os mais variados papéis, que partem ao encontro de uma hierarquia das localidades, pois “o crescimento não surge em toda parte e ao mesmo tempo, manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos variáveis no conjunto da economia”. (PERROUX, 1967, p.51) havendo destaque para as que praticam as produções industriais específicas, representações comerciais e as vendas no atacado com grande influência sobre, no caso, a região em questão.

A cidade aparece como um ponto desta distribuição que, contribuindo para o fortalecimento do capitalismo, gera produções históricas e sociais que propiciaram a formação e estruturação de um capitalismo forte influenciando na organização do espaço.

O arranjo espacial referenciado evidencia a condição de hierarquia desses municípios, no caso desta reflexão, associa-se e mantém relações múltiplas com a cidade de Maringá, destacada por um aparelho equipado de inúmeras funções de bens e serviços que são ofertadas constantemente, contrárias as poucas funções dos pequenos centros que normalmente se

destacam em pequenos papéis de sazonalidade das produções agrícolas e incipientes produções no setor secundário e terciário.

Assim, Maringá desempenhando o papel de cidade pólo, estabeleceu e vem perpetuando uma forte influência sobre os municípios que proporcionam uma comutação diária de pessoas, bens e serviços, municípios estes com um alto grau de urbanização.

Com as transformações socioeconômicas evidentes na produção capitalista, principalmente direcionada a acumulação internacional do capital através da produção, hoje se vive uma nova revolução técnico-científica. As mudanças são intensas e constantes, o que nos leva a uma incessante renovação e atualização das técnicas, da produção, do produto e do consumo.

Neste contexto se insere Maringá, cidade de porte médio, onde a organização espacial se encontra subordinada às leis do Estado. O conjunto de infra-estrutura refletida pela influência territorial da UEM; os serviços médicos que hoje possibilitam a centralização de atendimento do serviço público bem como de uma ampliada e especializada área no setor privado; o comércio varejista desponta com significativa importância das grandes redes de supermercados e hipermercado, veículos e vestuário; o setor atacadista associado também ao vestuário e ao setor têxtil é outra vertente que respalda e amplia a área de atuação, reforçando e alicerçando o sistema bancário bem consolidado e amplo; o setor industrial vem se despontando na área de metal-mecânica e direcionando ações para a estruturação de tecnopólo.

Reforçando a infra-estrutura do setor secundário e terciário da economia maringaense e atribuindo as devidas dimensões e relações existentes entre o aparato fixo fortalecido pelos fluxos, Maringá ainda se desponta pelo entroncamento de transportes, rodoviário, ferroviário de cargas e aéreo de passageiros e de cargas (nacional e internacional).

Toda este aparato faz com que ela exerça significativa influência no interior do Paraná, Mato Grosso do Sul (região de Dourados) e São Paulo (regiões de Presidente Prudente e Assis) (IPEA; 2000) chegando ao Paraguai em

decorrência da atuação aduaneira e do porto seco, caracterizando a área com direcionamentos para uma real região metropolitana.

As interpretações das diferenças geoeconômicas entre os diversos espaços urbanos envolvidos no objeto em questão, nos remete a identificação de uma escalaridade intra-urbana e também da rede urbana devido a funcionalidade conjuntural de trocas e ao mesmo tempo de particularização dos papéis que Maringá apresenta na região.

Os conteúdos presentes na cidade de Maringá e seus diferentes segmentos acabam por caracterizar o perfil de cada espaço e a sua função específica em relação às cidades que se relacionam com ela.

Considerando que a urbanização é um fenômeno complexo e universal (SOUZA, 1971, p.38) a mesma evidencia no território possíveis recortes do espaço geográfico, que assume diferentes feições diante da amplitude em que se apresentam as aglomerações humanas e ao mesmo tempo imprime um padrão de espacialidade que permite algumas afinizações entre esses espaços, corroborando para inúmeras articulações entre si.

O fato de haver diferenciações geográficas caracteriza as regiões não como unidades isoladas, mas como espaços com maior afinidade de reprodução entre si e que ao mesmo tempo estabelecem relações interativas com outros espaços geográficos organizados.

Neste sentido, a rede urbana do Paraná reflete pela sua historicidade e particularidades da organização do espaço um desenvolvimento geoeconômico que nos permite identificar diferentes regiões e propostas de regionalizações.

Inexoravelmente, a reordenação geopolítica desses espaços refletida na e pela concentração demográfica e econômica da região acaba por expandir-se além de seus limites territoriais, contribuindo para o aparecimento da periferização e conurbação atrelando a cidade pólo com Sarandi e Paiçandu, decorrentes da expansão física dessas cidades, que se depara com estruturas institucionais inadequadas. Este processo acarreta inúmeras

dificuldades em gerir o atendimento e demandas resultantes da complexidade das crescentes funções urbanas, principalmente quando essas desrespeitam os limites político-administrativos gerados pela comutação de pessoas e produtos, exigindo assim o esforço e decisão conjunta de municipalidade.

Respalhada pelas intenções de evoluir na proposta de criação de uma região metropolitana, dentro das premissas de um novo municipalismo, no qual a administração acaba por deixar de lado soluções individuais para buscar a integração e cooperação diante de um objetivo comum de desenvolvimento econômico e social é que hoje está instituída a Região Metropolitana de Maringá.

Neste contexto, atualmente, a área referenciada neste objeto de estudo é constituída espacialmente pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu e Mandaguaçu, instituída pela lei complementar nº 83, em 17/07/1998, posteriormente foram inseridos os municípios de Astorga, Dr.Camargo, Floresta, Ivatuba, Itambé (Mapa 09). Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Florida, Floraí, Jandaia do Sul, Lobato, Munhoz de Mello, Ourizona, Santa Fé, São Jorge do Ivaí, Presidente Castelo Branco foram os municípios mais recentes a serem incorporados na área metropolitana de Maringá³ através da lei complementar nº 127 em 17/02/2010. (Mapa 01).

As interpretações das diferenças geoeconômicas entre os diversos espaços urbanos envolvidos no objeto em questão, nos remete a identificação de uma escalaridade intra-urbana e também da rede urbana devido a funcionalidade conjuntural de trocas e ao mesmo tempo de particularização dos papéis que Maringá apresenta na região.

Conclusões

Diante das alterações econômicas e sociais, a organização política do território se adapta às inovações através da readequação político-administrativa em regiões-núcleo, surgindo assim as regiões metropolitanas,

³ Concordantemente com a Constituição Federal de 1988, Art. 25, parágrafo 3º.

sediando os processos de desenvolvimento arrolados aos intensos fluxos de produção e crescimento urbano-regional.

Em um plano mais concreto da realidade vivida pela urbanização, as transformações que a ela propõem implicam na formação de diferentes estruturas espaciais desenvolvidas em decorrência da centralização política da economia, com a finalidade de canalizar recursos para gerir as atividades sociais em várias escalas produtivas, concorrendo para a formulação de embasamentos que explicitem as readequações do espaço urbano. Neste sentido resgata-se a região metropolitana como espaço produzido na e da questão urbana.

Assim verificamos que as funções e os processos refletidos na paisagem concorrem para que os componentes da estrutura hierárquica de uma nação sejam estruturados em níveis de urbanização de acordo com o seu real alcance de concentrar mercados, onde alguns espaços tornam-se centros de influência de bens e serviços do ponto de vista qualitativo e quantitativo, subordinando com relativa proporção, vários municípios em torno de si, gerando relações e influências vinculadas ao grau de desenvolvimento da área em questão, contribuindo em algumas situações para o surgimento de regiões metropolitanas; que é definido por Castells (1983) como extensão de seu domínio econômico, enquanto suas ordens e seus circuitos de distribuição não encontram interferências decisivas emanada de outra metrópole.

Em consonância com as concepções apontadas pelo Observatório das Metrôpoles (2009), a região está pautada no agrupamento de municípios que apresentam características sociais, econômicas particularizadas refletindo em unidades territoriais distintas umas das outras. Essas discrepâncias, afirma o Observatório, resultam em dissensões geopolíticas entre os próprios municípios e como um interfere na dinâmica do outro. O antagonismo a essas diferenças está no processo de colonização e empreendimento que foi basicamente o mesmo em toda a região e que permite contemplar reflexões direcionadas para a homogeneização dos espaços enquanto natureza material, mas com atividades locais e relações imateriais que permitem identidades próprias.

O resultado do estreitamento das relações entre os municípios torna-se substancialmente complexo, exigindo adequações de planejamento e gestão, não só de Maringá, mas das prefeituras das cidades envolvidas, devendo adaptar-se a uma nova realidade, pois as amplitudes dos problemas tomam proporções que o município isolado não teria, e ao mesmo tempo reafirma uma condição de desenvolvimento e de significado político que enaltece e atrai para si a falta de sustentabilidade institucional, financeira e política.

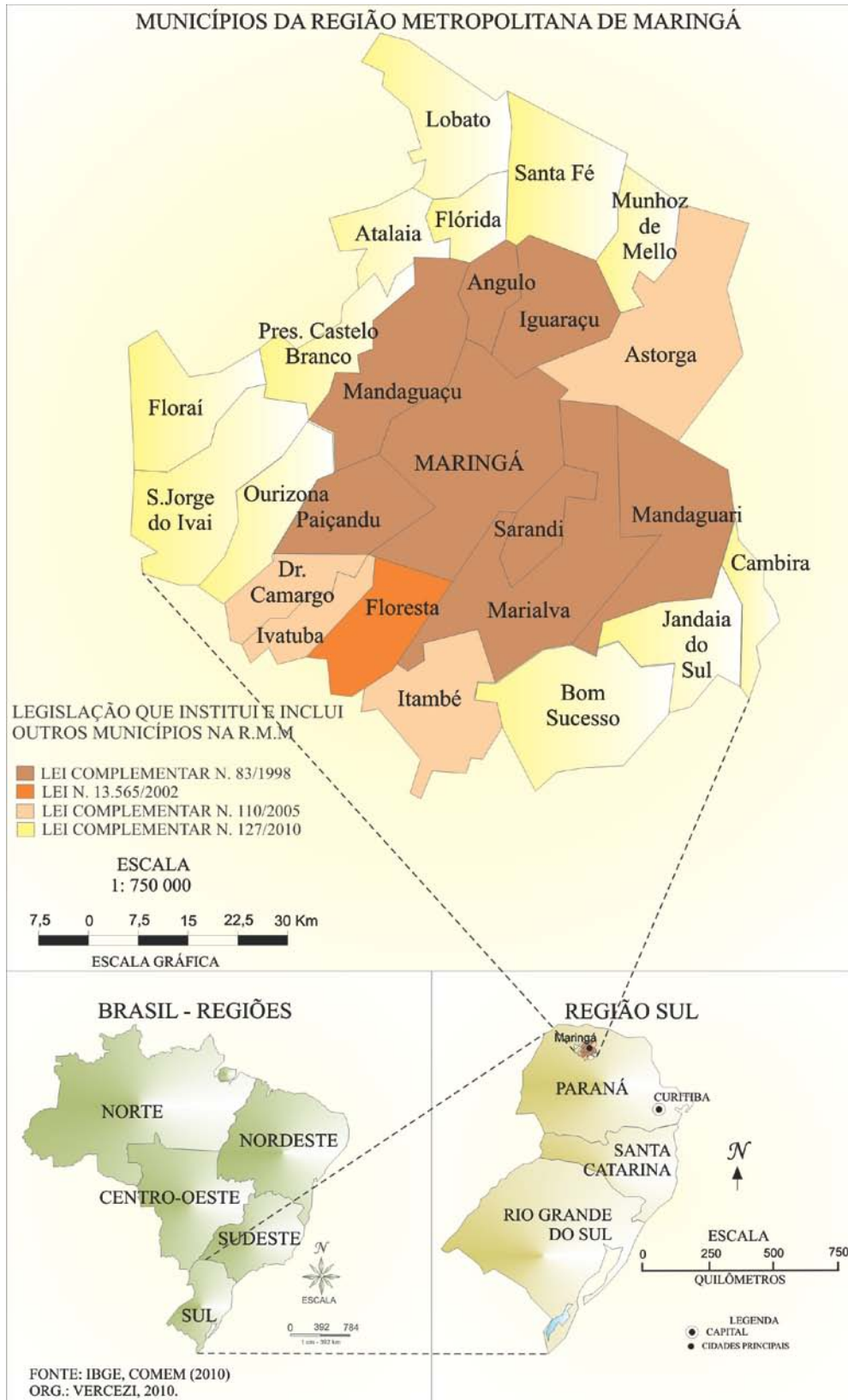
Os recentes processos e formas produzidas exigem na mesma proporção reflexões teóricas que venham legitimar a questão, pois os papéis hoje, são muito mais complexos na realidade investigada do que uma década atrás, no momento da sua institucionalização.

Logo, estudar regiões metropolitanas é, via de regra, estudar as significativas densidades de concentrações de atividades e de decisões econômicas, de poder político, de difusão de inovações e de volumes demográficos, inter-relacionando abordagens espaciais e justificando essa configuração socioeconômica regional dos municípios que a compõem.

As redefinições territoriais do trabalho em diversas partes do nosso país são resultantes do capitalismo que monopoliza as forças organizadoras do espaço sócio-político e econômico em que vivemos e assim apresentam elementos que ora atraem, ora repulsam processos redefinidores do espaço conforme o estágio e o interesse do capital.

Material gráfico

MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ



Bibliografia citada

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DAVIDOVICH, Fany. **Diferenciação da espacialidade da metrópole no Brasil: referências para a gestão**. In: Cadernos Metrôpoles. Nº 9 pp. 135-163. 1º sem. São Paulo: Educ. 2003.

FIRKOWSKI, Olga L. C. de Freitas. **Urbanização, Crise Urbana e Cidades no século XXI: um olhar a partir da realidade paranaense**. In: Silva, José Borzacchiello da & outros. Panorama da Geografia brasileira II. São Paulo: Annablume, 2006.

IPEA. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: REDES URBANAS REGIONAIS: Sul** / IPEA / IBGE / UNICAMP / IE / NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Núcleo Região Metropolitana de Maringá. www.cch.uem.br/observatório, visita em maio de 2009.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Lisboa:Heder, 1967.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França, São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Carla Holanda da, **Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social**. Revista Geografar. Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun. 2009

SOUZA, Maria Adélia A. Paraná: **O quadro Geográfico, Histórico e Econômico do processo de Urbanização**. Boletim Paulista de Geografia. Nº 46, 12/1971

VALVERDE, Rodrigo Ramos H. F. **Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 119 - 126, 2004

VERCEZI, Jaqueline T. **Gênese e evolução da Região Metropolitana de Maringá** Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Estadual Paulista Campus Presidente Prudente. Departamento de geografia, Presidente Prudente, 2001.